

América Latina e Caraíbas: principais zonas de tensão

A AMÉRICA LATINA E AS CARAÍBAS, uma região diversa e heterogênea, é considerada hoje uma ampla zona de paz à margem das ameaças do terrorismo transnacional e dos conflitos armados que resultam da chamada “guerra global contra o terror”. Podemos afirmar que não existem, de momento, conflitos interestaduais que possam evoluir para conflitos armados ou guerras, mas outras ameaças não tradicionais à segurança, como o narcotráfico e a violência urbana, tornam esta região uma das menos seguras do planeta. Existe também o risco de que a conflitualidade e a violência doméstica, como no caso da Colômbia, alastrem aos países vizinhos através das fronteiras.

Os conflitos territoriais

O Peru e o Equador – países que protagonizaram o último conflito armado interestadual que se produziu na região – resolveram as

suas questões fronteiriças entre 1998 e 1999. Antes, em 1990, o Chile e a Argentina tinham já solucionado todas as suas controvérsias territoriais, com a exceção da demarcação de 50 km de uma faixa glacial ao sul da Patagônia. A tendência é, pois, para que as tensões e as controvérsias territoriais e fronteiriças sejam resolvidas por meios pacíficos e negociados ou recorrendo aos procedimentos jurisdicionais próprios do Direito Internacional. Não obstante, ficam alguns contenciosos por resolver, como as reivindicações da Argentina sobre as ilhas Malvinas / Falklands, nas mãos do Reino Unido desde 1833 e motivo de guerra entre os dois países em 1982; as reclamações por parte da Venezuela de 150.000 km² (2/3 do actual território) da Guiana, disputa submetida a um processo de mediação da ONU desde 1989; as reivindicações por parte da Nicarágua de 50.000 km de plataforma marítima, na posse de Colômbia há 80 anos; e a

demanda secular de uma saída para o mar por parte da Bolívia, ao Chile.

As redes transnacionais de delito e a “guerra ao narcotráfico”

Boa parte da violência na América Latina e Caraíbas está relacionada directamente com o papel dos grupos e redes de delito no trânsito de sul para o norte do continente (EUA) e costas atlânticas (com destino à Europa) de cocaína e outras drogas ilícitas; e do norte para o sul do continente, de armas e de dinheiro para lavagem.

O confronto entre grupos rivais pelo acesso aos mercados, principalmente nos EUA – cada vez mais contraído pela diminuição da procura – e entre estes grupos de delito e os próprios estados, tem vindo a gerar cada vez mais violência na região, justificando aquilo que muitos consideram ser uma verdadeira “guerra ao narcotráfico”. O discurso oficial e a mobilização de efectivos militares por parte dos Estados¹ evidenciam esta nova forma de guerra, sustentada em parte com a enorme assistência económica e militar dos EUA, principalmente através do Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida.

As numerosas e complexas redes de delito encontram ampla margem de manobra em alguns estados, mais concretamente nas áreas de fronteira. Com efeito, a violência e a corrupção institucional têm penetrado como nunca a fronteira entre o México e os EUA, assim como a fronteira oriental da Guatemala e as zonas de fronteira da Colômbia com o Equador, a Venezuela e o Brasil, onde as taxas de criminalidade são muito elevadas e o controlo do território por parte destes grupos armados e narcotraficantes é mais que evidente. De Ciudad del Este no sul, até ao município de Tecate no norte, passando pelos 360 km de fronteira que o Haiti partilha com a República Dominicana, nas Caraíbas; as fronteiras apresentam as mesmas características de violência, deslocamentos humanos, criminalidade e corrupção das instituições estatais, quando não a ausência das mesmas.

Outra forma de violência na região está mais associada com a pobreza e indigência que se vive nalgumas zonas onde a livre circulação de armas e a impunidade que impera alenta as actividades criminosas (roubos, sequestros, etc.), provocando, muitas vezes, instabilidade e graves crises políticas, como, por exemplo, a crise boliviana em 2003². As



Colômbia – Equador – Venezuela: tensão nas fronteiras. Fonte: OBSERVARE.

taxas de criminalidade, em particular nalguns países da América Central e na Venezuela, encontram-se entre as mais altas do mundo³. Entende-se assim por que a segurança se converteu numa das principais preocupações dos cidadãos latino-americanos⁴.

México – EUA: fronteiras da imigração ilegal e do narcotráfico

A fronteira norte-mexicana destaca-se pela progressiva militarização da política de segurança do actual governo e a violência extrema que é resultante do confronto entre bandos de narcotraficantes. A complexa penetração do narcotráfico nas forças policiais locais, a diversificação dos cartéis de droga em actividades económicas lucrativas como o contrabando de armas e pessoas para os EUA, bem como a lavagem de dinheiro, têm dificultado a “guerra” das autoridades, de ambos os lados da fronteira, contra estes grupos ilegais altamente consolidados.

Mais para o sul, o intenso fluxo de imigrantes da Guatemala, Honduras, El Salvador e Colômbia, que procuram ingressar nos EUA cruzando, primeiro, o rio Suchiate para logo alcançar Tapachula, considerada a principal rota de migração ilegal para esse país, fazem da província do Petén, na Guatemala, particularmente no limite com Chiapas, um território propício para a eclosão de conflitos.

Os EUA têm respondido ao que consideram uma série de ameaças à sua segurança com

O PLANO COLÔMBIA

Formulado pelo governo colombiano de Andrés Pastrana em 1999, trata-se de uma estratégia que visa, principalmente, financiar a luta contra o narcotráfico e os grupos insurgentes naquele país sul-americano. O plano, que foi concebido inicialmente para um período de seis anos, prolongou-se até 2006. No início de 2007, o governo de Álvaro Uribe apresentou a Estratégia de Fortalecimento da Democracia e do Desenvolvimento Social 2007-2013 (EFDDDS), assumida como a fase II do Plano Colômbia. Esta nova estratégia visa, sobretudo, conseguir o apoio da comunidade internacional para a consolidação dos êxitos da fase I e aprofundamento da mesma estratégia, dando maior ênfase à chamada “componente social”. No documento, apresentado pelo governo em 2007, dão-se a conhecer os custos da primeira fase e uma estimativa dos custos da segunda fase. Temos assim que o custo total da fase I ascendeu a 10.732 milhões de dólares, dos quais 6.950 milhões (64,8%) foram executados como esforço fiscal colombiano e 3.782 milhões (35,2%) como contribuição do governo dos EUA. Estima-se para a fase II um custo total de 3.836,6 milhões de dólares, assumido em grande parte – não se sabe ao certo quanto – pelo próprio Estado colombiano.

A INICIATIVA MÉRIDA

Este plano de ajuda, previsto inicialmente para um período de três anos, foi lançado pelo presidente George W. Bush em Outubro de 2007, tornando-se efectivo a partir de Junho de 2008. Num primeiro momento foram atribuídos um total de 1.400 milhões de dólares ao México e aos países da América Central para combater o narcotráfico e o crime organizado. A estratégia busca, através de equipamento e formação militar, fortalecer as capacidades dos governos destinatários da ajuda – entre os quais se incluem os governos da República Dominicana e do Haiti – para combater o crime organizado dentro dos seus respectivos territórios. A iniciativa contempla a assistência nas áreas de antinarcóticos e antiterrorismo, segurança pública e respeito pela lei, além do fortalecimento da capacidade institucional e do Estado de Direito, visando alcançar quatro metas regionais estratégicas: 1) acabar com o poder e a impunidade das organizações criminosas; 2) dar assistência no sentido do fortalecimento dos controlos terrestres, aéreos e marítimos; 3) melhorar a capacidade dos sistemas de justiça; 4) restringir a actividade dos grupos de delinquentes juvenis, assim como diminuir a procura de drogas. Para muitos analistas, trata-se de uma variante do Plano Colômbia para o México e América Central cujo financiamento corre, sobretudo, por conta do governo dos EUA.



México – EUA: um muro para conter a migração ilegal nas fronteiras. Fonte: BBC Mundo.com

medidas de protecção das fronteiras que incluem, além da Iniciativa Mérida, a construção de um muro ao longo da extensa fronteira com o México, para impedir a imigração ilegal, e outros planos de vigilância permanente que envolvem patrulhas armadas, helicópteros e aviões com sistema de radar⁵.

Colômbia – Equador – Venezuela: a “guerra ao narcotráfico” nas fronteiras

O conflito político-militar que vive a Colômbia entrecruza-se com o narcotráfico. A guerra interna conecta-se assim com as actividades das redes transnacionais ilegais (drogas, armas, branqueamento de dinheiro). O controlo territorial dos grupos paramilitares, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), principalmente nas fronteiras com a Venezuela e o Equador, têm permitido o cultivo de coca de maneira ampla e estável apesar dos esforços de erradicação aérea e da destruição de milhares de hectares de cultivo – patrocinados com fundos do Plano Colômbia – e dos esforços de interdição, programas de redução de procura, controles financeiros mais rígidos, prisão e extradição de importantes traficantes de drogas.

O ataque colombiano de Março de 2008 a um acampamento das FARC situado no Equador e a crise diplomática entre o Equador, a Venezuela e a Colômbia, que se seguiu, juntamente com a mobilização do exército venezuelano nas fronteiras, mostram o risco de que a violência interna colombiana se estenda aos países vizinhos. Esta situação de hostilidade pode também ser interpretada por alguns como uma primeira manifestação na América Latina de um processo conflituoso entre Estados com um cariz ideológico marcado entre membros da Aliança Bolivariana e a Colômbia, aliada dos EUA⁶.

Entre a Venezuela e a Colômbia – países que partilham mais de 2.200 km de fronteira – as discrepâncias surgem principalmente em torno do Plano Colômbia e a ampliação, em 2009, de um acordo de cooperação militar entre Bogotá e Washington, que permite aos militares norte-americanos acesso a sete bases colombianas. Mas as divergências existentes passam também pelas barreiras comerciais entre os dois países; a falta de controlo sobre o tráfico de armas desde a Venezuela, os bandos inter-fronteiras de roubo de veículos,

o tráfico de drogas, o negócio dos sequestros e, ao que parece, a presença de campos guerrilheiros na Venezuela⁷.

Haiti

Referenciado muitas vezes como exemplo de “Estado falhado”, o Haiti foi considerado como uma séria ameaça para a segurança regional e para a paz internacional pela onda de violência vivida no território, antes e depois do levantamento militar que, em Fevereiro de 2004, afastou do poder o presidente eleito Jean-Bertrand Aristide. Como resposta, o Conselho de Segurança decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que assumiu a autoridade anteriormente exercida pela Força Multinacional Interina (MIF), liderada pelo Brasil, em 1 de Junho de 2004.

“As compras de armamento na América Latina aumentaram 150% entre 2005 e 2009.”

Com a ajuda de MINUSTAH, está a tentar-se deter a violência, restabelecer um governo democrático no Haiti, promover a reconstrução das estruturas estaduais e permitir a recuperação da economia. Todavia, às fontes de instabilidade e violência que persistem no país onde ainda operam diversos grupos armados, junta-se o cenário de total destruição que resultou do terramoto, ocorrido em Janeiro de 2010 e que nos faz prever um demorado e longo processo de pacificação do território.

Corrida armamentista na América Latina?

Em relação às armas de destruição massiva, a região é pioneira no estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares, estabelecida pelo Tratado Tlatelolco, em vigor desde 1969, e consolidada com a plena participação de Cuba, desde 2002. Todavia alguns países – alegando que algumas destas aquisições respondem à necessidade de renovação de equipamento militar obsoleto – estão realizando importantes aquisições de armamentos mais modernos e de maior capacidade ofensiva, como caças-bombardeiros, submarinos, ou carros de combate. Assim, a região investiu 51 mil milhões de dólares em armamentos em 2009, um acréscimo de 7,6% em relação ao

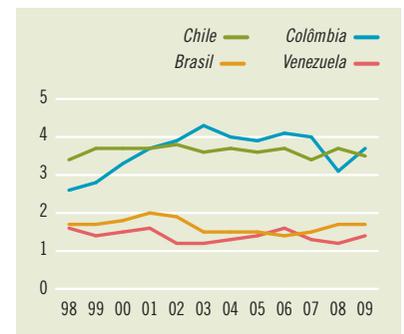
ano anterior. Segundo cálculos do Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo (SIPRI), mais da metade destes gastos foram feitos pelo Brasil que, juntamente com o Chile, Colômbia e Venezuela são os países que mais gastam em armamento. Gastos considerados como moderados, quando comparados com outras regiões como a Europa de Leste, que investiu 100 mil milhões de dólares no ano passado. No entanto, convém registar que as compras de armamento na América Latina aumentaram 150% entre 2005 e 2009.⁸ Alguns analistas consideram que estas aquisições podem estar a alterar os equilíbrios regionais e a induzir uma corrida armamentista, que desvie ainda mais recursos necessários para o desenvolvimento.

Os novos eixos institucionais de segurança

Na actualidade, segundo uma perspectiva interamericana formal, a segurança gira em torno de três eixos: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado de Solução Pacífica de Conflitos ou Pacto de Bogotá, ambos de 1948. Neste quadro institucional, a solução pacífica de conflitos tem sido o tema central e entre os aspectos de defesa que a agenda da OEA incorpora estão as Medidas de Confiança Mútua, a Coordenação das Forças Armadas para actuar perante Desastres Naturais assim como o Desarmamento e Controlo de Armas. Para este efeito, a OEA conta com a Comissão de Segurança Hemisférica, criada em 1995; as Conferências Regionais sobre Medidas de Fomento da Confiança e Segurança; e por último, as Conferências de Ministros de Defesa das Américas.

Apesar da existência de organismos, instrumentos e iniciativas no quadro da OEA, estima-se que esta organização internacional não tenha conseguido desempenhar um papel importante no âmbito da segurança colectiva dos Estados do continente, e isto devido a três factores: as diferenças entre os países quanto às prioridades de segurança; a ausência da confiança necessária para a partilha de informação e transparência, no tratamento de “assuntos sensíveis” para os Estados envolvidos; o aumento das ameaças não convencionais e de novos actores.

A falta de acordo no âmbito hemisférico e as alterações nas agendas nacionais de segurança – nas quais foram introduzidos temas no-



Percentagem do PIB de alguns países da região, dedicado a gastos militares.

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute.

vos como o meio ambiente, a imigração ilegal e o narcotráfico – conduziram a negociações e a iniciativas de cooperação nos âmbitos sub-regionais. Assim surgiram o Tratado Quadro de Segurança Democrática na América Central, assinado em 1995, e várias iniciativas no quadro da CARICOM, CAN, MERCOSUL e da UNASUL, onde recentemente foi criado, por iniciativa do Brasil, o Conselho de Segurança Sul-americano.

Contudo, não obstante os avanços institucionais na área da segurança na região e nas várias sub-regiões, na prática quando existe algum tipo de coordenação e cooperação entre os países, esta ocorre geralmente a nível bilateral⁹. ■

Notas

- Em Março de 2006, com o pretexto de recuperar armas roubadas nas mãos de traficantes, o exército brasileiro ocupou por vários dias várias favelas do Rio de Janeiro.
- O conflito étnico, social e político na Bolívia tem entre as suas principais causas a desigual distribuição de terras e riqueza num país maioritariamente indígena.
- Segundo o Gabinete das Nações Unidas contra a droga e o delito (UNODOC), estima-se que cerca de 40% do total mundial dos crimes violentos são praticados na América Latina e Caraíbas.
- Ver o último Relatório do barómetro Latino. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/>.
- Recentemente o governo norte-americano decidiu enviar um destacamento de 1.200 guardas nacionais para a fronteira, perante o incremento da violência no território mexicano.
- BRISCOE, Ivan, “Conflictos en la frontera: Las nuevas zonas calientes en América Latina” [Consultado em 20 de Julho de 2010]. Disponível em <http://www.fride.org/publicacion/459/conflictos-en-la-frontera-las-nuevas-zonas-calientes-en-america-latina>
- No passado dia 22 de Julho o governo venezuelano rompeu relações diplomáticas com a Colômbia e ordenou o “alerta máximo” na fronteira, depois de a Colômbia apresentar, durante uma sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA, fotografias e mapas que provam a presença de 1.500 rebeldes colombianos em território venezuelano.
- Segundo dados disponibilizados pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Ver em <http://www.sipri.org/research/armaments/milex>
- Em 22 de Maio de 2008, foi assinado um acordo militar entre a Bolívia e a Venezuela que prevê, além da partilha de informação militar, a entrada e saída de tropas venezuelanas do território boliviano para apoio logístico e técnico.